



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

Informação nº 11/15 – DICOG

Brasília (DF), 25 de novembro de 2015.

Processo nº: 34690/2015

Assunto: Acompanhamento da Gestão Governamental.

Ementa: Acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Distrito Federal relativa ao primeiro semestre de 2015. Subsídio à elaboração do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo – exercício de 2015. Pela expedição de alertas, determinações e reiteraões.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos do acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Distrito Federal referente ao primeiro semestre de 2015, com a finalidade de subsidiar a elaboração do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do mesmo exercício.

2. Esta Informação subdivide-se nos seguintes tópicos:
- I. Execução resumida da receita e despesa
 - I.1 Receita
 - I.2 Despesa
 - II. Acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial
 - II.1 Despesas de publicidade e propaganda
 - II.2 Relação das entidades privadas beneficiadas por dotações orçamentárias
 - II.3 Limite de aplicação em Pesquisa
 - II.4 Limite de aplicação em Cultura
 - II.5 Publicação da relação atualizada das emendas parlamentares à LOA e seus créditos adicionais
 - II.6 Nova Contabilidade e implantação do sistema de custos
 - II.7 Demonstrações contábeis no Sistema Integrado de Gestão Governamental
 - II.8 Aplicação da Lei Complementar nº 894/2015
 - II.9 Despesa por código de licitação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

II.10 Realização de despesas sem cobertura contratual

II.11 Aprimoramento do Relatório da Dívida Ativa (PSIAG670)

II.12 Atualização mensal dos saldos da Dívida Ativa de responsabilidade da Secretaria de Fazenda

III. Sugestões

3. As comparações temporais eventualmente apresentadas, salvo expresse em contrário, tomaram valores históricos, ou seja, sem atualização monetária.

4. Ressalte-se que o exame dos relatórios de gestão fiscal e dos limites mínimos de aplicação em saúde e educação não integra esta análise, posto que são tratados em processos específicos no âmbito do Núcleo de Acompanhamento da Gestão Fiscal desta Secretaria.

I. EXECUÇÃO RESUMIDA DA RECEITA E DESPESA

I.1 Receita

5. A execução da receita no primeiro semestre de 2015 é apresentada a seguir.

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA - JAN/JUN-2015								
DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (A)	%	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	%	REALIZADA ATÉ JUN-2015 (C)	%	(C/A)	(C/B)
RECEITAS CORRENTES	26.063.733	88,46	27.394.613	87,81	13.773.578	97,36	52,85	50,28
Impostos	14.082.959	47,80	14.082.959	45,14	6.582.255	46,53	46,74	46,74
Taxas	172.644	0,59	172.644	0,55	97.015	0,69	56,19	56,19
Contribuições	1.682.839	5,71	1.682.839	5,39	853.036	6,03	50,69	50,69
Patrimonial	401.049	1,36	461.662	1,48	391.445	2,77	97,61	84,79
Agropecuária	4	0,00	4	0,00	7	0,00	146,69	146,69
Industrial	7	0,00	7	0,00	937	0,01	13.744,57	13.744,57
Serviços	475.783	1,61	476.194	1,53	214.674	1,52	45,12	45,08
Transferências Correntes	9.766.166	33,15	9.789.207	31,38	5.174.115	36,57	52,98	52,86
Outras Receitas Correntes	986.814	3,35	986.814	3,16	542.735	3,84	55,00	55,00
Intraorçamentárias Correntes	316.923	1,08	1.563.738	5,01	751.442	5,31	237,11	48,05
Deduções das Receitas Correntes	(1.821.455)	(6,18)	(1.821.455)	(5,84)	(834.081)	(5,90)	45,79	45,79
RECEITAS DE CAPITAL	3.399.267	11,54	3.803.837	12,19	373.266	2,64	10,98	9,81
Operações de Crédito Internas	1.756.031	5,96	1.937.044	6,21	332.440	2,35	18,93	17,16
Operações de Crédito Externas	165.344	0,56	232.644	0,75	10.254	0,07	6,20	4,41
Alienação de Bens	56.663	0,19	56.663	0,18	14.099	0,10	24,88	24,88
Amortização	78.167	0,27	78.167	0,25	4.143	0,03	5,30	5,30
Transferências de Capital	1.336.063	4,53	1.492.319	4,78	12.330	0,09	0,92	0,83
Intraorçamentárias de Capital	7.000	0,02	7.000	0,02	-	-	-	-
TOTAL	29.463.000	100,00	31.198.450	100,00	14.146.844	100,00	48,02	45,34

Fonte: Siggo.

6. Por seu turno, a comparação com período equivalente do exercício anterior é traçada na próxima tabela.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA - JAN/JUN-2014 E JAN/JUN-2015					
DESCRIÇÃO	2014	%	2015	%	EVOL.
RECEITAS CORRENTES	8.925.793	94,46	13.773.578	97,36	54,31
Impostos	6.211.467	65,73	6.582.255	46,53	5,97
Taxas	97.143	1,03	97.015	0,69	(0,13)
Contribuições	729.113	7,72	853.036	6,03	17,00
Patrimonial	230.924	2,44	391.445	2,77	69,51
Agropecuária	8	0,00	7	0,00	(22,33)
Industrial	1.034	0,01	937	0,01	(9,41)
Serviços	226.556	2,40	214.674	1,52	(5,24)
Transferências Correntes	1.584.938	16,77	5.174.115	36,57	226,46
Outras Receitas Correntes	398.163	4,21	542.735	3,84	36,31
Intraorçamentárias Correntes	204.752	2,17	751.442	5,31	267,00
Deduções das Receitas Correntes	(758.306)	(8,03)	(834.081)	(5,90)	9,99
RECEITAS DE CAPITAL	523.470	5,54	373.266	2,64	(28,69)
Operações de Crédito Internas	201.117	2,13	332.440	2,35	65,30
Operações de Crédito Externas	11.905	0,13	10.254	0,07	(13,86)
Alienação de Bens	1.979	0,02	14.099	0,10	612,35
Amortização	51.108	0,54	4.143	0,03	(91,89)
Transferências de Capital	257.360	2,72	12.330	0,09	(95,21)
TOTAL	9.449.263	100,00	14.146.844	100,00	49,71

Fonte: Siggo.

Valores históricos.

Até o exercício de 2014, as parcelas do FCDF destinadas à Educação e Saúde não ingressavam nos OFSS.

7. Destacam-se, inicialmente, as transferências do Fundo Constitucional do DF – FCDF para apoio à Educação e Saúde, que passaram a ingressar no Tesouro distrital a partir de 2015, num total de R\$ 3,4 bilhões de receitas no período analisado. Excluídos esses repasses, os ingressos do primeiro semestre de 2015, em relação ao período equivalente de 2014, foram ampliados em 13,9%, em valores históricos.

8. Entre os Impostos, houve acréscimo nominal de 6%, explicado pelo desempenho do IRRF (8,5%), IPVA (19,2%), ITCD (6,4%), ICMS (4,4%), ISS (7,4%) e o Sistema Simples (3,6%). Por outro lado, houve recuo nas arrecadações do IPTU (-6,3%) e ITBI (-7,4%). No caso do IPVA e IPTU, é válido ressaltar as alterações promovidas nos respectivos cronogramas, sendo o primeiro antecipado e o segundo postergado em relação ao exercício anterior.

9. Quanto às Taxas, houve uma discreta redução arrecadatória de 0,1%. No entanto, o item mais representativo da categoria, a Taxa de Limpeza Pública – TLP, teve redução de 8,6% em comparação com o primeiro semestre de 2014.

10. As Contribuições, não considerados os itens intraorçamentários, apresentaram avanço de 17%, sendo seu item mais representativo os valores vertidos pelos servidores públicos ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, que expandiram 10,4%. Entretanto, nessa categoria, não se pode desconsiderar o desempenho da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – CIP, cuja arrecadação totalizou R\$ 84,6 milhões, com variação positiva de 148,5% frente a período equivalente do exercício anterior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

11. A Receita Patrimonial apresentou expansão de 69,5% na comparação com o período de janeiro a junho do exercício anterior. Merece destaque a remuneração de depósitos bancários, acrescidos de 25,5%, principalmente em função dos investimentos do Iprev/DF, que auferiu rendimentos de R\$ 198,7 milhões. Ainda entre as receitas patrimoniais, houve ingressos de R\$ 119,8 milhões, creditados pela Terracap ao Tesouro sob a descrição de dividendos (2015GR06564), na Fonte 78 – Recursos Decorrentes de Juros sobre o Capital.
12. As Receitas de Serviços, no geral, reduziram-se em 5,2%, destacando-se a arrecadação de serviços metroviários (-18,5%) e taxa de administração de serviços (-13,5%).
13. No que diz respeito às transferências, além da incorporação aos OFSS dos repasses do FCDF para Educação e Saúde, devem ser ressaltadas as variações positivas dos repasses do Fundo de Participação dos Estados – FPE (7,7%), Fundo de Participação dos Municípios – FPM (7,1%), Sistema Único de Saúde – SUS (3,8%) e Salário-Educação (35%).
14. Outras Receitas Correntes expandiram 36,3% em valores nominais, com destaque para a arrecadação da Receita da Dívida Ativa (+32,5%), Encargos da Dívida Ativa Ajuizada (+31,4%), Compensação Previdenciária (+3,9%) e Outorga Onerosa da Alteração de Uso – Onalt (+51,9%). Nesse conjunto, houve ainda importante parcela de valores não especificados, que saltaram de R\$ 10,7 milhões para R\$ 99,6 milhões na comparação entre os períodos analisados de 2014 e 2015.
15. Por sua vez, as Receitas Intraorçamentárias Correntes, que têm como principal componente as contribuições patronais ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, montaram R\$ 745,5 milhões no período analisado, valor mais de 2,5 vezes aquele observado em período equivalente de 2014. Isso deveu-se à prestação dessa contribuição, pelo GDF, em contrapartida àquela prestada pelo servidor vinculado ao Fundo Financeiro de Previdência. Além disso, em 30.06.15, foi publicado termo de confissão e parcelamento de contribuições dessa natureza, firmado pelo Distrito Federal, do qual resultarão R\$ 6,1 milhões mensais ao Iprev/DF durante sessenta meses. Referido passivo tem origem no reconhecimento de valores devidos ao Fundo Financeiro e não repassados nas competências novembro e dezembro de 2014.
16. Quanto às receitas de capital, houve redução de 28,7%, em valores nominais, na comparação com o primeiro semestre de 2014, notadamente em função da queda de 95,2% nas transferências de capital por convênio, que recuaram de R\$ 257,4 milhões no primeiro semestre de 2014 para R\$ 12,3 milhões no mesmo intervalo do exercício atual. Por outro lado, devem ser registrados os ingressos de operações de crédito, que passaram de R\$ 213 milhões para 342,7 milhões, com destaque para dois contratos firmados com o Banco do Brasil: Mobilidade Integrada (R\$ 260 milhões) e Contrapartida do Programa de Aceleração do Crescimento - Cpac Parque do Riacho – 5ª Etapa (41,3 milhões).

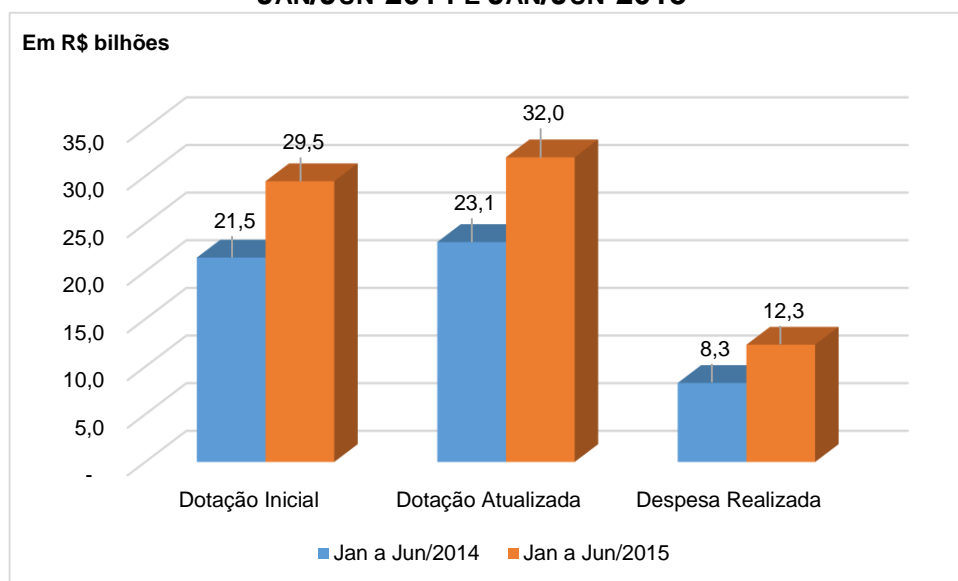


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

I.2 Despesa

17. A dotação inicial dos OFSS somou R\$ 29,5 bilhões, sendo atualizada, até junho de 2015, para R\$ 32 bilhões. O gráfico seguinte ilustra esses valores em relação ao primeiro semestre de 2014.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DESPESA AUTORIZADA E REALIZADA
– JAN/JUN-2014 E JAN/JUN-2015 –



Fonte: Siggo.
Valores históricos.

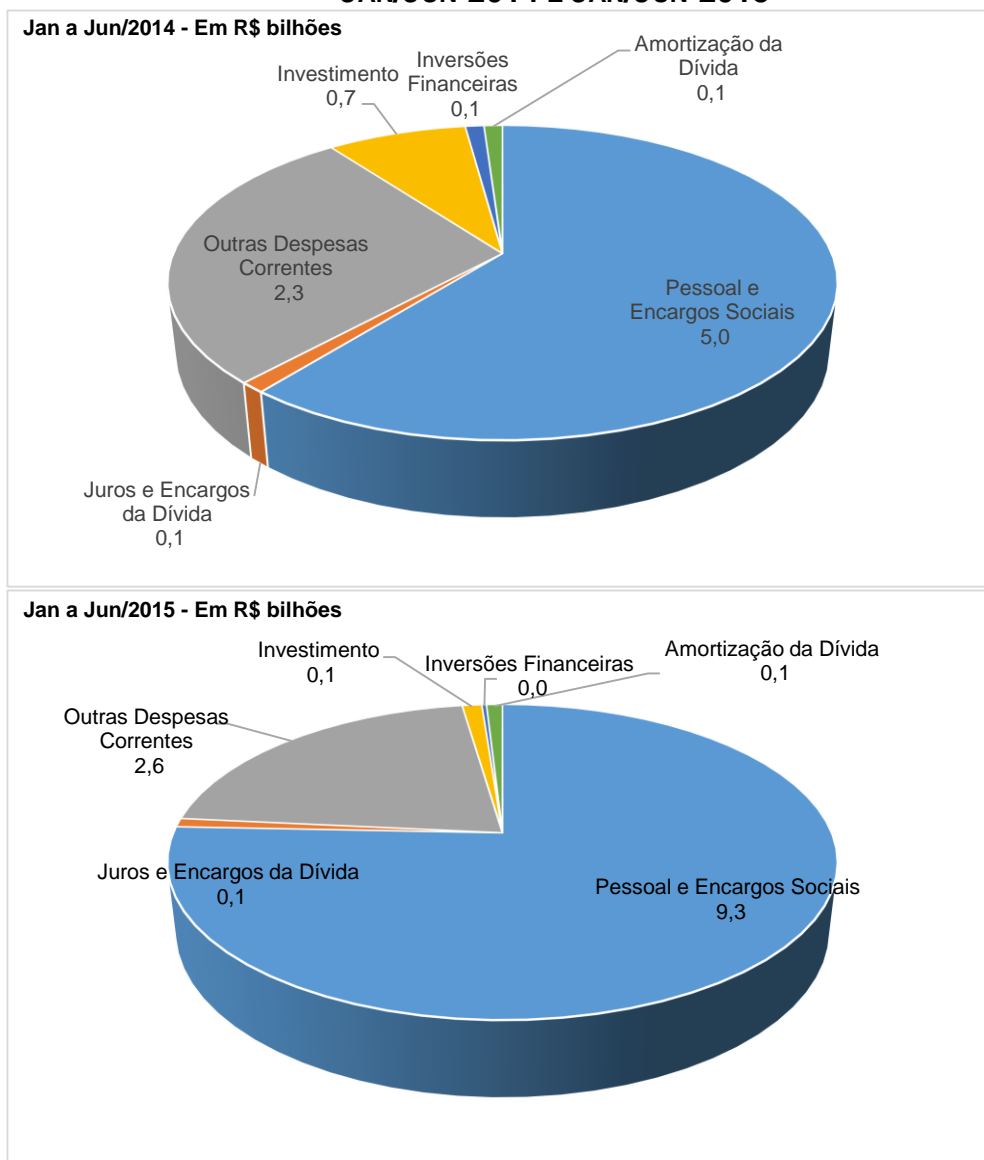
18. A despesa realizada nos OFSS totalizou R\$ 12,3 bilhões no primeiro semestre de 2015, contra R\$ 8,3 bilhões em período correspondente de 2014. Entretanto, a comparação mais correta entre os dois períodos deve escoimar os efeitos da incorporação das parcelas do FCDF para Educação e Saúde, que lastrearam despesas de R\$ 3,3 bilhões. Com isso, o saldo de 2015 ficaria em R\$ 9 bilhões, isto é, 8,6% de crescimento nominal em relação ao primeiro semestre de 2014.

19. Os gráficos seguintes expressam a distribuição dos valores entre os grupos de despesas no primeiro semestre de 2014 e no de 2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DESPESAS POR GRUPO
– JAN/JUN-2014 E JAN/JUN-2015 –



Fonte: Siggo.
Valores históricos.

20. O grupo Pessoal e Encargos Sociais totalizou R\$ 9,3 bilhões, dos quais R\$ 3,3 bilhões dizem respeito aos repasses do FCDF para Educação e Saúde. Considerado esse ajuste, tem-se expansão nominal de 20,3% frente a período equivalente de 2014. Ao proceder a análise segundo os elementos de despesa, tem-se o seguinte na comparação entre os períodos (janeiro a junho de 2014 e 2015).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA - JAN/JUN-2014 E JAN/JUN-2015					
GRUPO DE DESPESA - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
ELEMENTO DE DESPESA	2014	%	2015	%	EVOL.
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	3.309.696	65,66	4.748.479	51,01	43,47
Aposentadorias e Reformas	565.487	11,22	2.201.503	23,65	289,31
Obrigações Patronais	360.478	7,15	800.764	8,60	122,14
Despesas de Exercícios Anteriores	171.946	3,41	683.153	7,34	297,31
Pensões	204.421	4,06	320.100	3,44	56,59
Sentenças Judiciais	135.127	2,68	162.048	1,74	19,92
Contratação por Tempo Determinado	86.154	1,71	151.376	1,63	75,70
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	100.651	2,00	130.360	1,40	29,52
Indenizações e Restituições Trabalhistas	83.815	1,66	84.432	0,91	0,74
Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	14.026	0,28	16.810	0,18	19,85
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar	9.167	0,18	7.399	0,08	(19,28)
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência			2.497	0,03	
Depósitos Compulsórios			325	0,00	
TOTAL	5.040.968	100,00	9.309.246	100,00	84,67

Fonte: Siggo.

Valores históricos.

Até o exercício de 2014, as parcelas do FCDF destinadas à Educação e Saúde não ingressavam nos OFSS.

21. Abstraídas as variações decorrentes da incorporação aos OFSS dos valores originados do FCDF para Educação e Saúde, destacaram-se o crescimento de Obrigações Patronais e Despesas de Exercícios Anteriores. No primeiro caso, tem-se o pagamento de contribuição patronal ao Fundo Financeiro de Previdência. No segundo, houve os compromissos relativos à folha de pagamento que deixaram de ser quitados pela gestão anterior, muitos dos quais sequer foram inscritos em Restos a Pagar.

22. Juros e Encargos da Dívida tiveram variação nominal de 23,9%, com destaque para aqueles decorrentes da Dívida Interna, que atingiram R\$ 101,9 milhões contra R\$ 82,9 milhões no período correspondente de 2014.

23. Outras Despesas Correntes, com variação nominal de 12,3% frente ao primeiro semestre de 2014, totalizou R\$ 2,6 bilhões. A tabela seguinte apresenta os serviços mais representativos do grupo de despesas Outras Despesas Correntes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA - JAN/JUN-2014 E JAN/JUN-2015					
GRUPO DE DESPESA - OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
SERVIÇO	2014	%	2015	%	EVOL.
Vigilância Ostensiva	196.827	8,49	211.995	8,14	7,71
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	67.614	2,92	180.717	6,94	167,28
Limpeza e Higienização	146.544	6,32	154.932	5,95	5,72
Auxílio-Alimentação – Civil	87.135	3,76	154.784	5,95	77,64
Indenizações	15.900	0,69	146.298	5,62	820,13
Instituições de Caráter Assistencial, Cultural e Educacional	95.702	4,13	137.483	5,28	43,66
Serviço de Limpeza Urbana	93.977	4,06	128.699	4,94	36,95
Serviços de Energia Elétrica	47.528	2,05	96.858	3,72	103,79
Passes Urbanos	44.876	1,94	79.512	3,05	77,18
Contribuições para PIS/Pasep	71.141	3,07	78.497	3,02	10,34
Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial	84.267	3,64	75.590	2,90	(10,30)
Material Farmacológico	58.501	2,52	72.778	2,80	24,40
Auxílio-Alimentação – Militar	69.122	2,98	71.988	2,77	4,15
Bolsas dos Programas Sociais	92.007	3,97	62.676	2,41	(31,88)
Fornecimento de Alimentação	85.750	3,70	62.091	2,39	(27,59)
Auxílio-Saúde	7.845	0,34	55.736	2,14	610,47
Despesas de Exercícios Anteriores – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	90.743	3,92	50.687	1,95	(44,14)
Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	41.821	1,80	41.135	1,58	(1,64)
Serviços de Água e Esgoto	36.139	1,56	40.340	1,55	11,62
Material Hospitalar	31.331	1,35	34.523	1,33	10,19
Demais serviços	852.663	36,79	665.800	25,58	(21,92)
TOTAL	2.317.435	100,00	2.603.118	100,00	12,33

Fonte: Siggo.

Valores históricos.

Até o exercício de 2014, as parcelas do FCDF destinadas à Educação e Saúde não ingressavam nos OFSS.

24. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e Passes Urbanos têm por mais expressivas as movimentações da DFTrans relativas aos repasses às concessionárias. Indenizações espelham pagamentos a prestadores de serviços, predominantemente na Secretaria de Saúde, conforme descrito no item II.10 desta. O item Instituições de Caráter Assistencial, Cultura e Educacional tem por mais representativos os valores entregues ao Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada – Icipe.

25. Os grupos de despesa Investimento e Inversões Financeiras apresentaram decréscimos nominais de 79,2% e 62,9%, respectivamente. Os principais itens dessas categorias são apresentados a seguir, em comparação com o primeiro semestre de 2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
 SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
 SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
 DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA - JAN/JUN-2014 E JAN/JUN-2015					
GRUPO DE DESPESA - INVESTIMENTO E INVERSÕES FINANCEIRAS					
ITEM	2014	%	2015	%	EVOL.
Obras e Instalações	217.296	28,69	60.855	35,38	(71,99)
Obras e Urbanização	243.627	32,16	47.373	27,54	(80,56)
Participação em Aumento de Capital de Empresas Industriais			31.541	18,34	
Edificação	52.838	6,98	6.767	3,93	(87,19)
Obras Rodoviárias	99.234	13,10	5.004	2,91	(94,96)
Aquisição de Software de Aplicação e de Base	1.653	0,22	3.326	1,93	101,20
Mobiliário em Geral	7.794	1,03	2.055	1,19	(73,64)
Instituições de Caráter Assistencial, Cultural e Educacional	338	0,04	1.863	1,08	451,48
Veículos de Tração Mecânica	5.215	0,69	1.757	1,02	(66,30)
Consultoria Jurídica	2.129	0,28	1.754	1,02	(17,62)
Equipamentos de Informática de Uso Corporativo	3.446	0,45	1.684	0,98	(51,13)
Financiamentos Concedidos	89.341	11,79	1.564	0,91	(98,25)
Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	903	0,12	1.393	0,81	54,30
Equipamentos de Informática de Uso Pessoal	5.828	0,77	1.238	0,72	(78,77)
Apoio a Pesquisadores na Área da Ciência e Tecnologia	2.350	0,31	1.183	0,69	(49,66)
Aparelhos, Equipamentos, Utensílios Médicos-Odontológicos e Laboratoriais	3.804	0,50	1.045	0,61	(72,52)
Instalações	100	0,01	318	0,19	218,28
Obras do Metrô	2.972	0,39	303	0,18	(89,79)
Coleções e Materiais Bibliográficos	120	0,02	193	0,11	61,19
Outras Obras e Instalações			189	0,11	
Demais itens	18.518	2,44	594	0,35	(96,79)
	757.507	100,00	172.000	100,00	(77,29)

Fonte: Siggo.
 Valores históricos.

26. É válido destacar que Participação em Aumento de Capital de Empresas Industriais diz respeito aos aportes de capital do Tesouro em favor da Companhia de Saneamento Ambiental do DF – Caesb.

27. No âmbito do FCDF, houve dotação inicial de R\$ 12,4 bilhões. Desse montante, no primeiro semestre de 2015, foram realizados R\$ 6,8 bilhões, dos quais R\$ 3,4 bilhões foram entregues ao Tesouro para custeio de Educação e Saúde. A outra parcela, de R\$ 3,4 bilhões, destinou-se à Segurança Pública, conforme discriminado na tabela seguinte, em confronto com o período equivalente do exercício anterior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
 SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
 SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
 DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 1.000,00

FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL					
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA - JAN/JUN-2014 E JAN/JUN-2015					
SEGURANÇA PÚBLICA - POR ELEMENTO DE DESPESA					
ELEMENTO DE DESPESA	2014	%	2015	%	EVOL.
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar	1.018.020	39,05	1.205.438	35,52	18,41
Aposentadorias e Reformas	645.602	24,77	841.039	24,79	30,27
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	432.588	16,59	447.556	13,19	3,46
Pensões	197.500	7,58	239.422	7,06	21,23
Despesas de Exercícios Anteriores	18.855	0,72	195.960	5,77	939,31
Auxílio Alimentação	102.875	3,95	133.763	3,94	30,03
Indenizações e Restituições	24.801	0,95	110.261	3,25	344,58
Indenizações Trabalhistas	28.553	1,10	87.060	2,57	204,90
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	55.783	2,14	76.189	2,25	36,58
Auxílio-Fardamento	28.185	1,08	17.748	0,52	(37,03)
Locação de Mão de Obra	11.251	0,43	14.166	0,42	25,90
Material de Consumo	13.232	0,51	11.820	0,35	(10,67)
Outros Benefícios Assistenciais	4.925	0,19	5.521	0,16	12,10
Equipamentos e Material Permanente	12.979	0,50	3.652	0,11	(71,86)
Obras e Instalações	8.011	0,31	1.972	0,06	(75,38)
Sentenças Judiciais	501	0,02	525	0,02	4,73
Diárias – Pessoal Civil	464	0,02	296	0,01	(36,16)
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	385	0,01	258	0,01	(32,99)
Serviços de Consultoria	231	0,01	208	0,01	(10,26)
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	123	0,00	144	0,00	16,89
Demais itens	1.908	0,07	340	0,01	(82,16)
	2.606.772	100,00	3.393.337	100,00	30,17

Fonte: Siggo.
 Valores históricos.

II. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

28. Nesta seção, são apresentadas as ressalvas apontadas no roteiro de análise, papel de trabalho apenso a estes autos.

II.1 DESPESAS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

29. As despesas para esse fim, no âmbito dos OFSS, foram assim distribuídas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
EXECUÇÃO DA DESPESA - ATIVIDADE 8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - JAN/JUN2015							
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESA LIQUIDADA		
	(A)	%	(B)	%	(C)	%	%(C/B)
Secretaria da Casa Civil do DF	0	0,00	71.131	51,62	2.706	36,01	3,80
Câmara Legislativa do DF	34.100	24,76	34.100	24,75	1.326	17,65	3,89
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do DF	3.300	2,40	3.300	2,39	1.143	15,20	34,62
Departamento de Trânsito	14.750	10,71	14.750	10,70	771	10,26	5,23
Fundo de Saúde do DF	6.000	4,36	6.000	4,35	500	6,65	8,33
Companhia do Metropolitano do DF	1.350	0,98	1.350	0,98	225	2,99	16,64
Fundação de Apoio à Pesquisa	2.300	1,67	2.300	1,67	221	2,95	9,63
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil	789	0,57	789	0,57	171	2,27	21,65
Serviço de Limpeza Urbana	662	0,48	662	0,48	106	1,41	16,05
Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF	110	0,08	110	0,08	82	1,09	74,26
Departamento de Estradas de Rodagem	900	0,65	900	0,65	66	0,88	7,36
Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde	190	0,14	190	0,14	64	0,86	33,83
Transporte Urbano do DF	475	0,34	475	0,34	33	0,43	6,85
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF	221	0,16	221	0,16	28	0,37	12,53
Instituto de Previdência dos Servidores do DF	100	0,07	100	0,07	23	0,30	22,56
Companhia de Planejamento do DF	30	0,02	30	0,02	11	0,14	36,30
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF	20	0,01	20	0,01	10	0,14	51,53
Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília	360	0,26	360	0,26	10	0,13	2,82
Fundação Jardim Zoológico de Brasília	53	0,04	53	0,04	8	0,11	15,64
Fundação Hemocentro de Brasília	410	0,30	532	0,39	8	0,10	1,44
Tribunal de Contas do DF	310	0,23	310	0,22	3	0,04	1,03
Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso	30	0,02	30	0,02	1	0,01	1,70
Agência de Fiscalização do DF	100	0,07	30	0,02			0,00
Fundação Universidade Aberta do DF	50	0,04	50	0,04			0,00
Secretaria de Publicidade Institucional e Comunicação Social do DF	71.131	51,64		0,00			
Sociedade de Abastecimento de Brasília	5	0,00	5	0,00			0,00
TOTAL	137.746	100,00	137.798	100,00	7.515	100,00	5,45

Fonte: Siggo.

30. Já as unidades participantes do Orçamento de Dispendios têm seus valores apresentados a seguir.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTO DE DISPÊNDIOS							
EXECUÇÃO DA DESPESA - ATIVIDADE 8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA - JAN/JUN2015							
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO FINAL		DESPESA LIQUIDADADA		
	(A)	%	(B)	%	(C)	%	%(C/B)
Banco de Brasília	30.193	38,92	30.193	38,92	7.132	44,18	23,62
Companhia Imobiliária de Brasília	22.800	29,39	22.800	29,39	4.023	24,92	17,65
BRB Administradora e Corretora de Seguros	6.882	8,87	6.882	8,87	1.715	10,62	24,91
Cartão BRB	7.200	9,28	7.200	9,28	1.528	9,46	21,22
Companhia de Saneamento Ambiental do DF	4.010	5,17	4.010	5,17	1.072	6,64	26,74
CEB Distribuição	2.000	2,58	2.000	2,58	228	1,41	11,41
BRB Crédito, Financiamento e Investimento	2.082	2,68	2.082	2,68	215	1,33	10,35
BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	680	0,88	680	0,88	198	1,23	29,17
CEB Participações	128	0,16	128	0,16	23	0,14	17,89
Centrais de Abastecimento de Brasília	250	0,32	250	0,32	4	0,02	1,58
CEB Lajeado	100	0,13	100	0,13	4	0,02	3,62
Companhia Brasileira de Gás	80	0,10	80	0,10	1	0,00	0,81
CEB Geração	133	0,17	133	0,17			0,00
Companhia Energética de Brasília	1.042	1,34	1.042	1,34			0,00
TOTAL	77.579	100,00	77.579	100,00	16.143	100,00	20,81

Fonte: Siggo.

31. É necessário destacar que a centralização das despesas de publicidade e propaganda das unidades da administração direta, estipulada pela Lei nº 3.184/2003, sofreu alterações com o advento da Lei nº 5.356/2014, pela qual a referida centralização não se aplica aos casos cuja realização da despesa envolva fontes de recursos com vinculação específica, estabelecida constitucionalmente, ou que, por sua forma pactuada, não possa ser executada de maneira centralizada, ou ser objeto de descentralização da execução de créditos orçamentários. Com isso, restou legítima a decisão de conferir ao Fundo de Saúde do DF dotações para esse fim, apartadas do órgão central de publicidade e propaganda.

32. Quanto à centralização dessas despesas em atividade orçamentária própria (8505), houve despesas de R\$ 120,00 consignadas pela Secretaria de Turismo em atividade distinta. Em vista do ínfimo valor, deixa-se de propor medidas a respeito dessa impropriedade.

33. Quanto à divulgação das informações exigidas pela Lei nº 3.184/03, isto é, do plano anual e do demonstrativo trimestral de despesas dessa natureza, não atenderam a alguma dessas exigências as seguintes unidades: Agência de Fiscalização do DF, BRB Administradora e Corretora de Seguros, Cartão BRB, CEB Geração, CEB Lajeado, CEB Participações, Centrais de Abastecimento de Brasília, Companhia Brasileira de Gás, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF, Companhia Energética de Brasília, Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, Fundação Jardim Zoológico de Brasília, Fundação Universidade Aberta do DF, Fundo de Saúde do DF e Sociedade de Abastecimento de Brasília.

34. Quanto ao art. 16 da Lei nº 12.232/10, verificou-se que a totalidade das unidades distritais não tem cumprido a exigência nele contida. Por esse dispositivo, as informações sobre a execução de contrato publicitário, com os nomes dos fornecedores de serviços especializados e veículos, devem ser



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

divulgadas em sítio próprio na Rede Mundial de Computadores – Internet, garantido o livre acesso às informações por quaisquer interessados. Ainda por força desse artigo, as informações sobre valores pagos deverão ser divulgadas pelos totais de cada tipo de serviço, de fornecedores e de cada meio de divulgação.

35. Desse modo, sugere-se determinar às unidades com dotações de publicidade e propaganda quanto ao cumprimento das disposições legais mencionadas.

II.2 RELAÇÃO DAS ENTIDADES PRIVADAS BENEFICIADAS POR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

36. Pelo art. 26 da LDO/2015, os Poderes Executivo e Legislativo devem divulgar e manter atualizada na internet a relação das entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades continuadas e que atendam às demais exigências legais, beneficiadas por dotações orçamentárias. Nesse caso, consoante o dispositivo mencionado, devem ser tornados públicos e atualizados, ao menos:

- nome e CNPJ;
- nome, função e CPF dos dirigentes;
- área de atuação;
- endereço da sede;
- data, objeto, valor e número do convênio ou instrumento congênere;
- órgão transferidor; e
- valores transferidos e respectivas datas.

37. Alguns dos dados mencionados constam no Portal da Transparência (<http://www.transparencia.df.gov.br/Pages/Convenio/repasses.aspx>), porém, ainda insuficientes frente ao prescrito no art. 26 da LDO/2015.

38. Em vista disso, sugere-se que o Poder Executivo seja alertado a respeito.

II.3 LIMITE DE APLICAÇÃO EM PESQUISA

39. O art. 195 da Lei Orgânica do DF assegurou percentual mínimo de 2% da Receita Corrente Líquida – RCL à Fundação de Apoio à Pesquisa – FAPDF, a ser implantado progressivamente, sendo estabelecido 0,8% da RCL para o atual exercício. É válido mencionar que esse índice será incrementado anualmente em 0,2 ponto percentual até atingir 2% da RCL.

40. A dotação alocada à FAPDF, constante da Lei Orçamentária Anual para 2015, totalizou R\$ 156,2 milhões, exclusivamente na Fonte 100 – Recursos Ordinários, o que se mostrou superior à dotação mínima legal calculada mês a mês a partir da RCL acumulada nos últimos doze meses, que ficou em R\$ 144,3 milhões no semestre, em média. Com efeito, a dotação autorizada apresentou-se sempre acima desse valor durante todo o primeiro semestre de 2015. A tabela adiante apresenta esses dados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO ART. 195 DA LODF - FAP/DF						
JAN-JUN/2015 - 0,8% DA RCL						
MÊS	RECETA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	DOTAÇÃO MÍNIMA LEGAL (0,8% DA RCL)	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DUODÉCIMOS (A)	REPASSES RECEBIDOS (B)	DIFERENÇA (B-A)
Jan	17.686.685	141.493	156.179	11.791	0	(11.791)
Fev	17.830.100	142.641	156.179	11.887	462	(11.425)
Mar	18.177.983	145.424	187.501	12.119	23.393	11.274
Abr	18.155.900	145.247	188.337	12.104	371	(11.733)
Mai	18.027.141	144.217	188.428	12.018	20.513	8.495
Jun	18.347.616	146.781	188.428	12.232	15.318	3.086
TOTAL				72.150	60.056	(12.094)

Fonte: Siggo.

41. Quanto aos repasses, contudo, o total encaminhado à FAP/DF, de R\$ 60,1 milhões, foi R\$ 12,1 milhões inferior ao que deveria ter sido repassado durante o período (R\$ 72,2 milhões).

42. Nesse sentido, restou descumprida a exigência do art. 195 da LODF, no que tange aos repasses mensais realizados à FAP/DF no primeiro semestre de 2015.

43. Diante da situação, cabe o alerta à Secretaria de Fazenda para o cumprimento dos repasses mensais à FAPDF nos moldes exigidos pelo art. 195 da LODF.

II.4 LIMITE DE APLICAÇÃO EM CULTURA

44. O Fundo de Apoio à Cultura – FAC, conforme estabelece o § 5º do art. 246 da Lei Orgânica do DF, deve ser mantido pelo Poder Público com dotação mínima de 0,3% da RCL.

41. Considerando-se a estimativa da RCL, constante no Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, o valor mínimo previsto para o ano seria de R\$ 58,6 milhões.

45. O montante atribuído inicialmente ao Fundo na LOA/15 somou R\$ 59,6 milhões e, até junho, modificações orçamentárias ampliaram a despesa autorizada para 83,6 milhões, dos quais R\$ 6,2 milhões são oriundos do próprio fundo. Desse modo, ambos os valores foram fixados acima do mínimo exigido para o exercício, atendendo ao disposto na legislação.

46. Ao comparar as RCL apuradas entre janeiro e junho, o mesmo ocorre, ou seja, as dotações estabelecidas em proveito do FAC mostraram-se superiores ao limite mínimo calculado.

47. Os repasses ao Fundo, no primeiro semestre do ano, somaram R\$ 22,1 milhões. A tabela seguinte traz resumo dos dados ora tratados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO § 5º DO ART. 246 DA LDOF - FAC/DF				
JAN-JUN/2015 - 0,3% DA RCL				
MÊS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	DOTAÇÃO MÍNIMA LEGAL (0,3% DA RCL)	DOTAÇÃO AUTORIZADA	REPASSES RECEBIDOS
Jan	17.686.685	58.567	55.699	9
Fev	17.830.100	58.567	63.362	290
Mar	18.177.983	58.567	63.362	8.700
Abr	18.155.900	58.567	63.362	3.500
Mai	18.027.141	58.567	77.362	4.200
Jun	18.347.616	58.567	77.362	5.400
TOTAL				22.099

Fonte: Siggo.

Dotação Autorizada contempla recursos próprios do Fundo. Repasses recebidos referem-se somente a recursos do Tesouro (fonte X00 – Ordinário Não Vinculado).

II.5 PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO ATUALIZADA DAS EMENDAS PARLAMENTARES À LOA E SEUS CRÉDITOS ADICIONAIS

48. Dispõe o art. 77 da LDO/2015:

Art. 77. O Poder Legislativo, por intermédio da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deve publicar no portal da CLDF, no prazo de até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, a relação atualizada das emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual e a seus créditos adicionais, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I – número do projeto de lei;

II – número da emenda;

III – autor;

IV – funcional-programática, contendo a descrição do subtítulo;

V – dotação inicial, dotação autorizada, valores empenhados e liquidados.

Parágrafo único. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deve publicar mensalmente relatório que indique o percentual de execução obrigatório das emendas parlamentares, conforme disposto no art. 150, § 16 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

49. Entretanto, não consta tal informação na forma preceituada pela LDO/2015.

50. Desse modo, cabe sugerir a expedição de alerta à CLDF a respeito dessa questão.

II.6 NOVA CONTABILIDADE E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CUSTOS

51. O item III da Decisão nº 2.098/2014 (Processo – TCDF nº 6455/2013) autorizou a inclusão do tema Nova Contabilidade, que compreende a implantação do Sistema de Custos no DF, no processo de acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial que subsidia a elaboração do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo.

52. O cronograma de referência para esse fim, que estava contido na Portaria Conjunta nº 2/2013, das Secretarias de Fazenda, de Planejamento e Orçamento e de Transparência e Controle, encerrou-se ao findar o exercício de 2014. Não houve novo ato com a dilatação dos prazos ali estabelecidos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

53. É importante destacar o posicionamento do Conselheiro Renato Rainha, por ocasião da apreciação das Contas referentes ao exercício de 2013:

Desatenção à necessária adesão às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, motivada pelo atraso no cumprimento do cronograma de implantação da Nova Contabilidade, pela insuficiência de técnicos das áreas contábil, orçamentária e de informática e pela ausência de definição formal dos critérios, normas, procedimentos e metodologia (...).

54. Desse modo, conclui-se que a Nova Contabilidade, compreendendo o Sistema de Custos no DF, encontra-se parcialmente implantada, sem cronograma que estabeleça metas ou prazos para finalizar a implementação.

55. Consoante os princípios da Eficiência e da Publicidade, sugere-se que seja determinado à Secretaria de Fazenda a divulgação de cronograma tratando dessa questão, bem assim dê transparência, em seu portal eletrônico, ao desenvolvimento desses trabalhos, fazendo divulgar o atingimento dos prazos e metas e ainda eventuais reprogramações.

II.7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

56. Com o advento da Nova Contabilidade e a publicação da NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, duas novas demonstrações tornaram-se obrigatórias: a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a das Mutações do Patrimônio Líquido, além da previsão de Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, que devem informar sobre critérios e políticas contábeis adotados.

57. Foram analisadas as demonstrações contábeis no Sistema Integrado de Gestão Governamental – Siggo, tomando por base outubro de 2015.

BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

58. Conforme esclarecimentos prestados pela Sucon/SEF, o Balanço Orçamentário tornou-se indisponível no Siggo por apresentar inconsistências desde 2011.

59. Por seu turno, o Balanço Financeiro não foi apresentado em relação ao exercício de 2014 por conta de inconsistências, apesar de disponível no Siggo.

60. No curso do Processo – TCDF nº 33222/2014, referente às Contas do Governo de 2014, requisitou-se ao Excelentíssimo Senhor Governador o fornecimento de ambas as demonstrações. Em resposta, a Procuradoria-Geral do DF – PGDF enfatizou informação constante nas Notas Explicativas do Balanço Geral, segundo a qual esses demonstrativos foram parametrizados de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e encaminhados à área de Tecnologia da Informação da Secretaria de Fazenda para inclusão no Siac/Siggo. Acrescentou que aquela unidade técnica previu entrega das soluções para outubro de 2015, o que restou não atendido.

61. Ainda na tramitação do processo mencionado, foi exarada a Decisão nº 5328/2015 (Processo – TCDF nº 33222/2014), que concedeu à PGDF dilação




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

de prazo por 45 dias, a iniciar-se em 27.11.15, observadas, na contagem de prazo, as disposições do parágrafo único do art. 206 do RI/TCDF, para a remessa ao TCDF dos Balanços Orçamentário e Financeiro do Distrito Federal, consolidados com base nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, relativos ao exercício de 2014.

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

62. O Balanço Patrimonial disponível no Siggo não apresenta igualdade matemática entre o Ativo e o Passivo, havendo diferença de R\$ 282,4 mil, conforme figura seguinte.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

63. Apesar disso, a DVP apresenta identidade entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

64. Em contato com a Sucon/SEF, em 10.11.15, ficou esclarecido que, no momento, o Balanço Patrimonial e a DVP, apesar da diferença informada no primeiro, encaminham-se para o atendimento das disposições da Nova Contabilidade.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

65. A inclusão das novas demonstrações, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, foi solicitada pela Sucon à Sutic, em 25.08.14. Entretanto, ainda não foram disponibilizadas no Siac/Siggo, conforme consulta realizada ao sistema e contato com a Sucon/SEF.

66. Considerada a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 700/2014, que dispôs sobre a apresentação das demonstrações contábeis mencionadas a partir do exercício de 2015, bem assim ausência ou deficiência, no Siac/Siggo, dessas demonstrações contábeis, vê-se a necessidade de alertar ao Chefe do Poder Executivo acerca de possíveis repercussões para as Contas do Governo, caso não haja correções e atualizações dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais no Siggo, e a inclusão das Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, no mesmo sistema, antes do encerramento deste exercício financeiro.

II.8 APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 894/2015

67. Por força da Lei Complementar nº 894/2015, autorizou-se que os recursos de contas bancárias específicas dos fundos especiais passassem a ser movimentados na Conta Única distrital. Alguns fundos foram excepcionados dessa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

providência, a exemplo do Fundo de Saúde e Fundeb, entre outros. A tabela seguinte apresenta os fundos que foram atingidos por essa medida, que rendeu acréscimo de R\$ 235,7 milhões ao Tesouro.

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 894/2015				
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SALDO INICIAL	SALDO EM JUNHO/2015		
	CONTAS PRÓPRIAS	CONTA ÚNICA	CONTAS PRÓPRIAS	TOTAL
Fundo da Arte da Cultura	51.462	60.084	0	60.085
Fundo de Desenvolvimento Urbano do DF	27.107	37.500	0	37.500
Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor	14.888	31.501	2	31.503
Fundo de Desenvolvimento do DF	3.902	23.474	18	23.492
Fundo de Assistência Social do DF	19.135	474	21.639	22.113
Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da PCDF	4.954	16.416	19	16.435
Fundo de Modernização e Reparelhamento da Administração Fazendária	7.189	10.817		10.817
Fundo Único de Meio Ambiente do DF	8.242	8.425		8.425
Fundo para a Geração de Emprego e Renda do DF	4.440	6.956	31	6.987
Fundo de Melhoria da Gestão Pública	4.815	6.772		6.772
Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros	5.763	6.022		6.022
Fundo Penitenciário do DF	4.114	5.335	25	5.360
Fundo de Desenvolvimento Rural do DF	2.288	5.300	55	5.355
Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento do CBMDF	3.441	3.975	22	3.996
Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza		3.941		3.941
Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social	3.746	15	3.048	3.063
Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da PMDF	5.520	3.038		3.038
Fundo de Saúde da Polícia Militar	2.772	2.845		2.845
Fundo de Aval do DF	735	2.066	0	2.066
Fundo de Apoio ao Esporte	489	644	11	654
Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do DF	76	82	0	82
Fundo Antidrogas do DF	267	66	0	66
Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do DF	1	1	0	1
TOTAL	175.344	235.747	24.871	260.618

Fonte: Siggo.

68. Conforme verificado, a incorporação dos valores ao fluxo financeiro do Tesouro fez-se caso a caso, sendo que algumas das unidades relacionadas na tabela anterior passaram a apresentar tanto recursos na Conta Única quanto em contas específicas, de que é exemplo o Fundo de Assistência Social.

69. Ainda a propósito da Lei Complementar nº 894/2015, dispôs seu art. 3º que o Executivo deveria encaminhar à CLDF, no prazo de 180 dias, projetos de lei revisando os fundos especiais com execução orçamentária abaixo de 50% nos dois últimos exercícios financeiros. Essa disposição converge com posicionamentos do TCDF a respeito da matéria, a exemplo do item I.b da Decisão nº 5.962/2013 (Processo – TCDF nº 32370/2013) e de reiteradas recomendações consignadas em Parecer Prévio sobre Contas Anuais do Governo. Pelo critério apresentado, caberia tal revisão em relação aos seguintes fundos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVLIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								
CABIMENTO DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 894/2015								
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	2013				2014			
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL (A)	DESPESA REALIZADA (B)	B/A	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL (C)	DESPESA REALIZADA (D)	D/C
Fundo de Melhoria da Gestão Pública	4.880	10.164	3.595	35,38	5.537	8.065	3.908	48,46
Fundo da Procuradoria Geral do DF	11.537	50.470	15.778	31,26	30.728	57.028	22.372	39,23
Fundo de Desenvolvimento Urbano do DF	40.600	47.778	9.694	20,29	24.881	36.837	10.838	29,42
Fundo de Apoio ao Esporte	2.181	2.181	-	-	11.615	11.630	3.077	26,46
Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da Polícia Militar do DF	577	6.946	2.624	37,78	1.000	5.223	1.306	25,01
Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor	1.731	8.652	598	6,91	1.731	11.351	810	7,14
Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	871	10.946	1.257	11,48	992	11.736	508	4,33
Fundo de Aval do DF	540	1.293	-	-	410	455	20	4,30
Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social	967	11.823	32	0,27	149.876	154.593	2.103	1,36
Fundo Único de Meio Ambiente do DF	5	7.108	0	0,00	5	7.584	80	1,05
Fundo de Fomento à Indústria do Turismo no DF	226	226	-	-	203	203	-	-
Fundo de Apoio à Pesquisa do DF	5	1	-	-	2	2	-	-
Fundo de Apoio e Assistência ao Idoso do DF	130	130	-	-	71	-	-	-
Fundo de Apoio ao Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos	21	-	-	-	10	-	-	-

Fonte: Siggo.

Valores históricos.

70. Em consulta ao protocolo legislativo da CLDF, em 18.11.15, não havia projeto de lei ordinária ou complementar relacionado aos fundos especiais listados na tabela anterior.

71. Sugere-se alertar o Chefe do Poder Executivo quanto ao cumprimento do disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 894/2015.

II.9 DESPESA POR CÓDIGO DE LICITAÇÃO

72. A distribuição da despesa entre os códigos classificatórios de licitação é apresentada na tabela seguinte.

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
EMPENHOS POR CÓDIGO CLASSIFICATÓRIO - JAN/JUN-2014 E JAN/JUN-2015					
DESCRIÇÃO	2014	%	2015	%	EVOL.
Folha de pagamento	4.043.859	37,10	7.385.561	53,05	82,64
Não Aplicável	2.348.668	21,55	3.651.621	26,23	55,48
Pregão	1.338.731	12,28	964.031	6,92	(27,99)
Concorrência	1.661.972	15,25	721.636	5,18	(56,58)
Dispensa de Licitação	703.836	6,46	494.885	3,55	(29,69)
Inexigível	407.079	3,73	303.933	2,18	(25,34)
Pregão Presencial com Ata - Cecom	27.394	0,25	158.340	1,14	478,00
Pregão Eletrônico com Ata - Cecom	44.925	0,41	102.506	0,74	128,17
Adesão a Ata de Registro de Preços	186.387	1,71	79.366	0,57	(57,42)
Caráter Emergencial	63.706	0,58	45.704	0,33	(28,26)
Tomada de Preço	41.109	0,38	5.917	0,04	(85,61)
Convite	25.759	0,24	4.699	0,03	(81,76)
Concurso	3.338	0,03	639	0,00	(80,84)
Suprimento de Fundos	879	0,01	491	0,00	(44,17)
TOTAL	10.899.657	100,00	13.921.343	100,00	27,72

Fonte: Siggo.

Valores históricos.

73. A verificação da classificação da despesa a partir do código classificatório de licitação permitiu apontar situações recorrentes e que implicam dificuldades para avaliação da despesa pública, inclusive parcelas sem cobertura contratual, tratadas no item II.10 desta.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

74. Ao examinar a descrição de serviços contratados, observaram-se R\$ 206,4 milhões referentes a contratações emergenciais e que deveriam ter classificação apropriada (10 – Caráter Emergencial). Entretanto, foram relacionados às classificações Dispensa de Licitação, Inexigível ou Não Aplicável. Ao distribuir os valores entre as unidades, tem-se a prevalência da Secretaria de Saúde (R\$ 144,1 milhões), seguida por Companhia do Metropolitano (R\$ 60,7 milhões) e Secretaria de Educação (R\$ 1,6 milhão). Por seu turno, os credores com valores mais representativos nessa situação são apresentados a seguir:

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - OFSS - JANEIRO A JUNHO/2015		
CREDORES POR CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL CLASSIFICADOS FORA DO CÓDIGO 10 - CARÁTER EMERGENCIAL		
CREADOR	VALOR	%
Serveng-Civilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia	48.492	23,49
Ipanema Segurança Ltda.	20.726	10,04
Sanoli – Indústria e Comércio de Alimentação Ltda.	19.987	9,68
Apecê Serviços Gerais Ltda.	12.481	6,05
MGE – Equipamentos e Serviços Ferroviários Ltda.	12.192	5,91
Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transportes Ltda.	10.721	5,19
Labinbraz Comercial Ltda.	9.320	4,52
Banco do Brasil S/A	9.208	4,46
Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.	8.942	4,33
Brasília Empresa de Segurança	7.872	3,81
Confederal Vigilância de Valores Ltda.	7.299	3,54
Hospfar – Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.	5.390	2,61
PMH - Produtos Médicos Hospitalares Ltda.	3.880	1,88
Cial Comércio Indústria de Alimentos Ltda.	3.196	1,55
Dimaci/MG Material Cirúrgico Ltda.	3.185	1,54
Clínica Recanto de Orientação Psicossocial Ltda.	2.756	1,33
Técnica Construção Comércio e Indústria Ltda.	2.321	1,12
Goiânia Homecare Hospital Domiciliar Ltda.	2.138	1,04
White Martins Gases Industriais Ltda.	2.081	1,01
BSB Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.	1.458	0,71
Hypofarma – Instituto de Hipodermia e Farmácia Ltda.	1.023	0,50
Demais credores	11.760	5,70
TOTAL	206.427	100,00

Fonte: Siggo.

75. É imperioso destacar que os valores consignados ao Banco do Brasil S/A são da Secretaria de Saúde e dizem respeito aos contratos cambiais para quitação de importação de medicamentos e insumos. Com isso, não são conhecidos os efetivos fornecedores desses itens ou seus representantes no País. Sugere-se que seja determinado à unidade referida que, doravante, faça constar a identificação dos fornecedores efetivos desses itens por ocasião da emissão das notas de empenho, visto que sequer os extratos dos atos de dispensa de licitação permitem essa identificação.

76. Quanto à essência da questão, propõe-se seja determinado à Companhia do Metropolitano e às Secretarias de Educação e de Saúde que, doravante, procedam a correta classificação de contratações emergenciais, fazendo constar o código correspondente, isto é, 10 – Caráter Emergencial, nas notas de empenho.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

77. No item Não Aplicável, com total de R\$ 3,8 bilhões, tem-se o montante de R\$ 2,3 bilhões referentes ao grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais lançados como tal, ao passo que há a classificação 12 – Folha de Pagamento, própria para essa finalidade. Destaque-se aqui R\$ 2,2 bilhões de responsabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores do DF – Iprev/DF, equivalentes a 97,5% do montante com referida impropriedade. A seguir, as unidades com esses registros:

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - OFSS - JANEIRO A JUNHO/2015		
DESPESAS DE PESSOAL CLASSIFICADAS FORA DE 12 - FOLHA DE PAGAMENTO		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR	%
Instituto de Previdência dos Servidores do DF	2.202.207	97,50
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF	36.718	1,63
Polícia Civil do DF	12.182	0,54
Tribunal de Contas do DF	7.551	0,33
TOTAL	2.258.659	100,00

Fonte: Siggo.

78. Sugere-se que seja determinado às unidades mencionadas na tabela acima que, doravante, evitem essa impropriedade, fazendo constar, relativamente ao grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais, o código correspondente 12 – Folha de Pagamento.

II.10 REALIZAÇÃO DE DESPESAS SEM COBERTURA CONTRATUAL

79. A partir de levantamento das despesas classificadas com os códigos de licitação “Não Aplicável” e “Dispensa de Licitação”, isto é, de despesas que, por sua própria natureza, não necessitariam de processo licitatório, verificou-se que, em muitas delas, as notas de empenho referiam-se, explicitamente, a pagamento indenizatório de despesas sem cobertura contratual, o que representou montante de R\$ 130,6 milhões, somente em relação a serviços prestados expressamente no primeiro semestre de 2015 à Secretaria de Saúde, conforme detalhado a seguir.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

R\$ 1.000,00

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
SECRETARIA DE SAÚDE		
SERVIÇOS PRESTADOS SEM COBERTURA CONTRATUAL - JAN A JUN/2015		
CREDOR	VALOR	%
Sanoli – Indústria e Comércio de Alimentação Ltda.	27.931	19,50
Ipanema Segurança Ltda.	26.493	18,50
Intensicare Gestão em Saúde Ltda.	16.903	11,80
Apecê Serviços Gerais Ltda.	15.038	10,50
Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda.	10.874	7,59
Confederal Vigilância de Valores Ltda.	10.155	7,09
Brasília Empresa de Segurança	8.197	5,72
Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transporte Ltda.	6.072	4,24
NJ Lavanderia Industrial e Hospitalar Ltda.	2.671	1,87
Cial Comércio e Indústria de Alimentos Ltda.	2.475	1,73
Med-Lar Internações Domiciliares Ltda.	872	0,61
Global Hosp. Comércio de Equipamentos Médicos Ltda.	772	0,54
Técnica Construção Comércio e Indústria Ltda.	582	0,41
White Martins Gases Industriais Ltda.	557	0,39
Lema Segurança Ltda.	464	0,32
Linde Gases Ltda.	362	0,25
M Valle Construções Ltda.	109	0,08
Joao da Silva Aguiar	46	0,03
Pleno Saúde Ltda.	30	0,02
TOTAL	130.604	91,18

Fonte: Siggo.

80. Cabe registrar que também foram identificados, na referida Secretaria, R\$ 12,6 milhões de despesas sem cobertura contratual, dos quais R\$ 12,4 milhões não possuíam, no campo de descrição das notas de empenho, o período a que se referiam, e outros R\$ 199 mil relativos a serviços prestados em 2014.

81. Essa mesma impropriedade foi observada na Secretaria de Educação (R\$ 74 mil, referentes à locação de imóvel, em favor de Márcio Imóveis Ltda., conforme 2015NE03962). Em função do reduzido valor, bem assim dos precedentes em relação a essa unidade (Processo – TCDF nº 14872/2014), deixa-se de propor medidas.

82. Em relação aos credores Apecê Serviços Gerais Ltda., Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda. e Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transporte Ltda., tramita nesta Corte o Processo – TCDF nº 28576/2015. Já no que tange a Brasília Empresa de Segurança Ltda. e Confederal Vigilância de Valores Ltda., tem-se o Processo – TCDF nº 12157/2015. Quanto à Sanoli – Indústria e Comércio de Alimentação Ltda., há o Processo – TCDF nº 5417/2015.

83. Compete destacar a atuação do Ministério Público junto ao TCDF, que, por intermédio da Representação nº 9/2015-DA, ensejou o Processo nº 9854/2015, que trata da execução de serviços sem cobertura contratual no exercício de 2015, no âmbito da Secretaria de Saúde.

84. Apecê Serviços Gerais Ltda., Brasília Empresa de Segurança, Cial Comércio Indústria de Alimentos Ltda., Confederal Vigilância de Valores Ltda.,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

Dinâmica Administração, Serviços e Obras Ltda., Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transportes Ltda., Ipanema Segurança Ltda., Sanoli – Indústria e Comércio de Alimentação Ltda., Técnica Construção Comércio e Indústria Ltda., White Martins Gases Industriais Ltda. –, fornecedoras da Secretaria de Saúde, figuram tanto na tabela referente a contratos emergenciais quanto naquela relativa a pagamentos sem cobertura contratual. Desse modo, alternam períodos distintos, isto é, ora com prestação de serviços sem a competente cobertura contratual, ora suportado por contratos emergenciais.

85. Tendo em vista os processos em tramitação nesta Casa abordando a matéria, deixa-se de propor, nesses autos, medidas a respeito. Não obstante, em vista da materialidade, bem assim dos precedentes contidos nos Processos – TCDF nos 14872/2014 e 25327/2014, sugere-se alertar o Excelentíssimo Senhor Governador quanto a essa impropriedade e sua repercussão em sede de Contas do Governo, em vista da incompatibilidade dessa prática com os princípios constitucionais que regem a administração pública e ainda com o disposto no parágrafo único do art. 60 da Lei nº 8.666/93, que veda expressamente essa situação.

II.11 APRIMORAMENTO DO RELATÓRIO DA DÍVIDA ATIVA (PSIAG670)

86. De acordo com o item III da Decisão nº 6.186/2014 (Processo – TCDF nº 25327/2014), determinou-se à Secretaria de Fazenda que as renúncias fiscais, tais como os benefícios legais concedidos em programas de recuperação de crédito tributário e a baixa de dívida ativa sem o seu correspondente financeiro, sejam destacadas no Relatório da Dívida Ativa (PSIAG670), constante no Siac/Siggo.

87. Em consulta ao referido sistema, viu-se que isso ainda não ocorre, ou seja, embora não houvesse qualquer tipo de movimentação, os saldos finais sofreram alteração tendo em vista, por exemplo, parcelamentos no âmbito Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – Refis-DF, de que trata a Lei nº 5.463/2015.

88. Consequentemente, cumpre reiterar referida determinação à Secretaria de Fazenda.

II.12 ATUALIZAÇÃO MENSAL DOS SALDOS DA DÍVIDA ATIVA DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE FAZENDA

89. Pelo item V.d da Decisão nº 1.589/2014 (Processo – TCDF nº 32370/2013), determinou-se à Secretaria de Fazenda – SEF que procedesse à atualização dos saldos contábeis da dívida ativa, consoante o disposto no Decreto nº 32.598/2010 (art. 2º, II, alínea “e”) e em prazo compatível com o calendário de fechamento mensal do Sistema Integrado de Gestão Governamental – Siggo (PSIAC100).

90. Em consulta ao Siac/Siggo, verificou que, ao longo do primeiro semestre de 2015, os saldos da Dívida Ativa geridos pela Secretaria de Fazenda foram, em alguns casos, atualizados apenas em junho/2015. Desse modo,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

encontra-se por cumprir a determinação da colenda Corte de Contas, fazendo-se necessária a competente reiteração.

II. SUGESTÕES

91. Ante o exposto, sugere-se à egrégia Corte:

- I. alertar:
 - a) o Chefe do Poder Executivo quanto à:
 - i. prestação de serviços, no âmbito da Secretaria de Saúde, sem a competente cobertura contratual, em vista da incompatibilidade dessa prática com os princípios constitucionais que regem a administração pública e ainda com o disposto no parágrafo único, art. 60 da Lei nº 8.666/93, que veda expressamente essa situação;
 - ii. observância do disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 894/2015, que estipulou prazo de 180 dias para envio de proposta legislativa para revisão dos fundos especiais com execução orçamentária abaixo de 50% nos dois últimos exercícios financeiros;
 - iii. necessidade de efetuar, em relação ao exercício de 2015, as correções e atualizações das demonstrações contábeis existentes no Siggo, bem assim de incluir as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, no mesmo sistema, antes do encerramento do exercício financeiro; e
 - iv. necessidade de atender ao disposto no art. 26 da LDO/2015, para divulgar e manter atualizada, na internet, a relação das entidades privadas sem fins lucrativos atendidas por recursos orçamentários.
 - b) a Câmara Legislativa do DF, no sentido de dar cumprimento ao disposto no art. 77 da LDO/2015, publicando, no seu portal eletrônico, a relação atualizada das emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual e a seus créditos adicionais;
 - c) a Secretaria de Fazenda quanto à necessidade de regularizar repasses em duodécimos devidos à Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP/DF, conforme art. 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal;
- II. determinar à Secretaria de Fazenda que, em 60 (sessenta) dias, divulgue cronograma tratando da implantação das medidas relativas à Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público, incluindo o Sistema de Apuração de Custos, bem assim dê transparência, em seu portal eletrônico, ao desenvolvimento desses trabalhos, fazendo divulgar o atingimento dos prazos e metas, e ainda eventuais reprogramações;
- III. determinar:
 - a) ao Instituto de Previdência dos Servidores do DF, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF, Polícia Civil



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE CONTAS DO GOVERNO

- do DF e Tribunal de Contas do DF que se atentem quanto à classificação indevida de despesa de Pessoal e Encargos Sociais na codificação 7 – Não Aplicável, quando deveriam ter adotado o item 12 – Folha de Pagamento, evitando incorreções quando do empenho da despesa;
- b) à Companhia do Metropolitano do DF e às Secretarias de Educação e de Saúde que consignem nas notas de empenho a codificação 10 – Caráter Emergencial para as despesas contratadas com dispensa de licitação sob esse fundamento, evitando incorreções quando do empenho da despesa;
 - c) à Agência de Fiscalização do DF, BRB Administradora e Corretora de Seguros, Cartão BRB, CEB Geração, CEB Lajeado, CEB Participações, Centrais de Abastecimento de Brasília, Companhia Brasiliense de Gás, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF, Companhia Energética de Brasília, Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, Fundação Jardim Zoológico de Brasília, Fundação Universidade Aberta do DF, Fundo de Saúde do DF e Sociedade de Abastecimento de Brasília que divulguem os respectivos planos de publicidade e propaganda e correspondentes demonstrativos trimestrais de despesas dessa natureza, consoante prescrito pela Lei nº 3.184/03;
 - d) à Secretaria de Saúde que, por ocasião da realização de contratos cambiais para importação de insumos, faça anotar nas notas de empenho os efetivos fornecedores desses itens ou seus representantes no País; e
 - e) às unidades descritas nas tabelas constantes nos parágrafos 29 e 30 que divulguem a execução de contratos publicitários na forma exigida pelo art. 16 da Lei nº 12.232/10;
- IV. reiterar à Secretaria de Fazenda:
- a) a determinação contida do item III da Decisão nº 6.186/2014, para que as renúncias fiscais, tais como os benefícios legais concedidos em programas de recuperação do crédito tributário e a baixa de dívida ativa sem o seu correspondente financeiro, sejam destacadas no Relatório da Dívida Ativa (PSIAG670), para maior transparência na gestão da Dívida Ativa;
 - b) a determinação contida do item V.d da Decisão nº 1.589/2014, para que proceda à atualização dos saldos contábeis da dívida ativa, consoante o disposto no Decreto nº 32.598/10 (art. 2º, II, alínea “e”) e em prazo compatível com o calendário de fechamento mensal do Sistema Integrado de Gestão Governamental – Siggo;
- V. autorizar o retorno dos autos a esta Divisão para acompanhamento.